



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALJEZUR

### *Acta da sessão extraordinária de 2005 da Assembleia Municipal de Aljezur*

**\*\***

**LOCAL:** Sala de Sessões dos Paços do Município

**DATA:** 21 de Novembro de 2005

**INÍCIO:** 21:00 horas

**ENCERRAMENTO:** 00:45 horas

**\***

**CONSTITUIÇÃO DA MESA:**

Maria de Lurdes Afonso Bento – Presidente

Licínia Mendes Rodrigues – Primeiro-Secretário

Henrique Manuel Ramos Henriques – Segundo-Secretário

**MEMBROS PRESENTES:**

António Manuel Guerreiro Lopes, Dionísio Manuel Nifro da Silva, Vítor Manuel da Encarnação Vicente, Johannes Alexander Schydlo, Amílcar Manuel Marreiros Duarte, José Carlos Pacheco da Silva, Manuel Alberto Santinho Cristo, Rosa Maria dos Santos Cigarra Rocha, Francisco António Baptista Ferreira, Ana Maria Ferreira Santos, José António Duarte, José Manuel dos Santos Marreiros, Sérgio Manuel da Silva Santos, Fernando Manuel Costa Rosa e Eliezer João Candeias

**\***

**ABERTURA DA SESSÃO** – Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Assembleia, a Senhora Presidente da Mesa, declarou aberta a sessão pelas 21:00 horas.-----

**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA:** – Foi lido o ofício do membro Manuel António Custódio Rosendo, de quinze de Novembro de dois mil e cinco, informando que por motivos de saúde, não lhe é possível comparecer na presente sessão, solicitando a sua substituição por um período de trinta dias.-----  
Em sua substituição, foi empossado o Senhor Emanuel Marreiros Amaro de Jesus, portador do Bilhete de Identidade número seis milhões oitocentos e trinta e nove mil setecentos e dezassete, emitido em três de Outubro de dois mil e cinco, pelo Arquivo de Identificação de Faro.-----

### PERÍODO DA ORDEM DO DIA

#### **PONTO NÚMERO UM**

**ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA METROPOLITANA DO ALGARVE:** – A Senhora Presidente da Mesa informou que haviam dado entrada três listas para a Assembleia Metropolitana do Algarve: a Lista A proposta pelo PS e PSD, a Lista B proposta pela CDU e a Lista C proposta pelo Bloco de Esquerda.-----  
Procedeu-se, de imediato, à votação, por escrutínio secreto, tendo-se obtido o seguinte resultado: Lista A – treze votos, Lista B – dois votos e Lista C – zero votos.-----

#### **PONTO NÚMERO DOIS**

**ANÁLISE DA SITUAÇÃO DA ESTRADA NACIONAL CENTO E VINTE ENTRE ALJEZUR E ODECEIXE – PEDIDO DE ESCLARECIMENTO AO INSTITUTO DE ESTRADAS DE PORTUGAL:** – Pelo Senhor José Marreiros nome da Bancada do Partido Socialista foi a apresentada a seguinte moção:-----

**“ESTRADA NACIONAL CENTO E VINTE**-----

- Considerando que a Estrada Nacional cento e vinte tem um fluxo de tráfego elevado tanto de trânsito ligeiro como de trânsito pesado.-----

- Considerando que a EN cento e vinte atravessa ao longo da sua extensão no Concelho de Aljezur diversas zonas urbanas e são precisamente essas as mais danificadas. -----

- Considerando que pelo facto atrás mencionado a presença de peões ao longo da mesma é uma constante, devendo os mesmos serem devidamente salvaguardados. -----

- Considerando que, a manutenção da EN cento e vinte muito deixa a desejar em termos de limpeza de valetas (provocando muitas vezes lençóis de água perigosos), que as ramagens das árvores invadem a estrada muito devido ao facto destas mesmas se encontrarem demasiadamente próximas do seu troço, tendo já originado diversos acidentes alguns com consequências mais graves, que a sinalética demonstra alguma deficiência e muita encontra-se escondida pela vegetação, que estas situações obrigam muitas vezes os diversos órgãos executivos Autárquicos a substituir o IEP a fim de garantir a segurança rodoviária. -----

- Considerando que, a obra da EN cento e vinte ainda não se encontra totalmente acabada conforme se pode verificar em Maria Vinagre com um piso em péssimo estado, bem como o troço entre o lugar de Cabeço Mouro e Malhadais em Odeceixe e dentro da Vila de Aljezur onde são constantes a presença de buracos, nomeadamente entre a ponte sobre a Ribeira de Aljezur e a ponte do Areiro, ponte esta a necessitar de substituição por entupir constantemente originando o alagamento dos terrenos circundantes e da própria EN cento e vinte. -----

- Considerando que em dezanove de Dezembro de dois mil e três os membros da bancada do Partido Socialista já tinham apresentado uma moção sobre esta matéria, a qual foi aprovada pela Assembleia Municipal de então e em nome da mesma foi enviada para os organismos intervenientes nesta matéria, e que a

mesma até à data ainda não encontrou resultados práticos.-----  
Por tudo o que acima se mencionou a Assembleia Municipal de Aljezur, delibera manifestar junto do Instituto de Estradas de Portugal – Direcção de Estradas de Faro a sua preocupação relativamente a todas as situações mencionadas e solicitar ao referido Instituto, uma informação esclarecedora quanto ao início das obras que se impõem.-----

Aljezur, vinte e um de Novembro de dois mil e cinco.-----

Pela Bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Aljezur.”-----

O Senhor Vítor Vicente disse que como é a primeira assembleia e quando recebeu a convocatória para esta reunião a mesma vinha acompanhada de uma moção da bancada do Partido Socialista, levantaram-se-lhe algumas interrogações, não sobre a moção, porque é importante discutir as preocupações do concelho, que tinha havido um tratamento discriminatório em relação a outras bancadas.-----

Antes de mais, porque sem prejuízo da discussão dos problemas, pensa que esta assembleia tem que se preocupar em ter a pluralidade das discussões para funcionar de acordo com o regimento e com a lei em termos democráticos e igualdade de oportunidades a todos os membros, e quando se convoca uma assembleia extraordinária, a Senhora Presidente vai desculpá-lo, há um tratamento discriminatório, pelo que é levado a crer que aquela força partidária foi informada previamente, não é uma boa metodologia de trabalhar e gostava de assentar os métodos de trabalho para fazermos discussões sérias sobre os problemas do concelho e que todos tenham a igualdade de oportunidade e que as decisões saiam pela pluralidade e de forma democrática, era esta a primeira questão que queria levantar.-----

A Senhora Presidente da Mesa disse que o Senhor Vítor Vicente sabe que a qualquer altura, enquanto membro desta assembleia se tiver algum assunto que ache que é de interesse para o nosso concelho, pode apresentar uma moção ou proposta para integrar uma qualquer assembleia e solicitar à Presidente da Assembleia, para que a mesma seja incluída numa próxima sessão, assegurando-lhe que não houve qualquer intenção de dar preferência a qualquer força política, porque pensa que todas as forças políticas aqui representadas têm um objectivo comum que é o bem do Concelho de Aljezur, esse foi o entendimento que teve para incluir as moções apresentadas, nesta assembleia extraordinária.-

O Senhor Vítor Vicente disse saber claramente e está expresso no regimento e na legislação, neste caso, no Decreto-Lei cento e sessenta e nove, que as assembleias acontecem por iniciativa do Presidente da Mesa, depois de ouvir a Mesa, a pedido do Presidente da Câmara na sequência de uma deliberação desta, ou a pedido de pelo menos um terço dos membros da assembleia municipal e sabe que nas assembleias ordinárias qualquer membro até cinco dias antes pode solicitar inclusão na ordem de trabalhos de qualquer ponto de interesse, o que está em causa é que estamos numa assembleia extraordinária, para que tivesse recebido com pelo menos oito dias de antecedência a convocatória e até aos cinco dias antes pudesse pedir o agendamento de questões, e numa assembleia extraordinária até cinco dias úteis, mas por outro lado, a lei diz que as convocatórias para as assembleias extraordinárias têm que seguir com cinco dias de antecedência, neste caso foi dia onze, o preceituado dos oito dias úteis não se verificou, fazendo contas verifica-se que para se respeitar os oito dias úteis teriam que ser entregues à Mesa no dia dez, a convocatória saiu no dia onze. À Senhora Presidente da Mesa, disse não quer levantar nenhum cavalo de batalha com isto, nem acredita que haja má fé, que foi com a melhor das intenções, mas era bom que acertássemos aqui as nossas formas de trabalhar, é evidente que quando junto à convocatória vão moções de uma força partidária, que a intenção pode não ter sido essa, acredita perfeitamente que não foi essa,

mas pode fazer essa interpretação. Enquanto membro desta assembleia não teve a oportunidade de enviar uma proposta a incluir na convocatória, porque tomou conhecimento que a reunião ia acontecer com a convocatória.-----

A Senhora Presidente da Mesa disse que em conversa com a Senhora Rosa Cigarra, que por acaso pertence à mesma força política que o Senhor Vítor, falaram que iria haver uma assembleia dia vinte e um, até alguns dias antes desta assembleia estar convocada. A mesma foi marcada, com esta brevidade porque iria ocorrer a eleição dos membros da assembleia metropolitana em simultâneo em todos os concelhos do Algarve.-----

O Senhor Amílcar Duarte perguntou se estas moções foram recebidas antes ou depois de estar marcada a assembleia.-----

A Senhora Presidente da Mesa disse que estas moções deram entrada no dia dez.-

O Senhor Amílcar Duarte perguntou se as pessoas que entregaram estas moções já sabiam qual era a data da assembleia,-----

A Senhora Presidente da Mesa disse que todos os membros sabiam que ia ocorrer a eleição da assembleia metropolitana.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse que não devia haver forças políticas nem de primeira nem de segunda, obviamente, nesta assembleia, dizendo que da sua parte não haverá certamente má fé, que procurará fazer o seu melhor, não está nada disso em causa, assim como certamente a antecipação da data convocatória não foi tão grande como está aqui, não é isso que é relevante para esta assembleia.-----

Em relação à proposta em si, considera que é importante que manifestemos a nossa posição em relação à Estrada Nacional cento e vinte, considera que esta proposta é de todo o interesse, o facto dela aparecer aqui é oportuna, queria fazer algumas propostas de alteração mesmo assim, por considerar que essas propostas não são propostas de fundo, mas mais de redacção.-----

No ponto número dois por exemplo essas, zonas quê, zonas urbanas, são essas zonas da estrada, talvez esses os troços da estrada mais danificados, pensa ele.--

Depois no ponto seguinte, ser devidamente salvaguardados.-----

No outro ponto, o quarto, demasiado próximas da via e não demasiadamente próximas do seu troço, depois na linha seguinte consequências graves e não consequências mais graves, acho que dentro da Vila de Aljezur onde é constante a presença de buracos e não constante a presença de buracos, acho que na parte onde é mencionada a ponte do areeiro, acho que seria melhor colocá-la num ponto à parte, depois onde está o último considerando.-----

Crê que seria melhor para esta assembleia se fosse retirada a menção ao Partido Socialista, mas se deixar como está, não deixará de votar favoravelmente.-----

O Senhor Eliezer Candeias disse que há mais de quatro anos que as obras pararam nos troços de Aljezur, dentro de Maria Vinagre e parte da freguesia de Odeceixe não foram concluídos, que a Junta de Freguesia de Rogil tem feitos ofícios a reivindicar que o troço de Maria Vinagre fosse reparado, até que se vai onde se consegue, que fez uma exposição ao Governador Civil sobre este tema, tendo este informado a Junta de Freguesia de Rogil que estavam concluídas todas as formalidades para dar início aquela obra, que por sinal teve início hoje, pelo que propõe que se retire o troço de Maria Vinagre.-----

O Senhor Fernando Rosa informou do falecimento de um ex-autarca, que é o Senhor José João da Rosa, que foi Presidente da Junta de Freguesia de Odeceixe, que foi também Presidente de Câmara após o vinte e cinco de Abril, se esta assembleia pretende tomar alguma posição nesse sentido.-----

Relativamente à situação da Estrada Nacional cento e vinte falando como utilizador da estrada, não concorda que se retire esta situação de Maria Vinagre porque passa lá todos os dias e tem verificado que por vezes são feitas pequenas

alterações, pequenas melhorias, no entanto, o problema fica lá, não sabe se não será um pouco arriscado dizer que vamos retirar esta situação e daqui a algum tempo vamos colocar de novo o problema porque não ficou resolvido de raiz, não sabe se o seu colega de Junta saberá ou não exactamente o tipo e a profundidade de trabalho que irá ser feito, mas nunca é demais salvaguardar e exigir mais e melhores beneficiações em relação ao troço em Maria Vinagre, porque de facto é uma vergonha aquilo que ali se passa.-----

Relativamente à moção, aquilo que o preocupa enquanto autarca e Presidente da Junta de Freguesia de Odeceixe, quando aqui se refere que em Dezembro de dois mil e três apresentamos uma moção, deixa-nos um pouco amargurados aquilo que se passa a nível da Estrada cento e vinte, apresentamos moções, os Presidente de Junta e da Câmara Municipal reivindicam obras e melhorias no troço de Aljezur até Odeceixe, mas o certo é que o que se faz é pouco e às vezes mal feito, verifique-se que há pouco dias andou uma empresa, que parecia uma empresa do faz de conta, que está no público o Senhor Fernando Barradinha que teve a infelicidade de pelo facto destes cavalheiros que estavam fazer a limpeza do troço não estarem devidamente sinalizados, o resultado foi um acidente, limpam-se as bermas, mas as partes superiores são os carros pesados que as limpam com as cargas, quando chove têm que ser as Juntas de Freguesia a limpar valetas.-----

Que futuramente se não tivermos algum feedback por parte deste Governo teremos de ser um pouco mais drásticos, porque moções e reivindicações não resultam, faz-se pouco ou nada a nível de vias de comunicação no concelho de Aljezur, note-se que temos a Via do Infante que chegou a Bensafrim, temos o movimento e o incremento de tráfego de Sines e esta ligação entre Sines e Bensafrim está por concluir.-----

Ainda relativamente a esta moção pensa que seria importante introduzir também um ponto relativamente à ponte de Odeceixe, felizmente foi melhorada o ano passado, mas o projecto não está concluído, há necessidade de retirar a passadeira de peões do interior para o exterior da ponte, há necessidade de iluminar também a ponte, se bem que é uma situação mista em termos de Algarve e Alentejo.-----

O Senhor José Marreiros disse em relação algumas coisas que foram ditas, que todas as bancadas, de uma forma ou de outra, tinham conhecimento que iria existir uma assembleia extraordinária para a eleição da assembleia metropolitana do Algarve e que poderiam ter atempadamente apresentado o que muito bem entendessem.-----

Em tudo o que ouviu propõe que a proposta fique como está, que só por alguma máquina ter descido hoje em Maria Vinagre para começar a realizar alguns trabalhos, não quer dizer que as obras sejam concluídas da forma que nós queremos.-----

Que numa próxima assembleia se apresentasse uma proposta não só em termos da ponte de Odeceixe, mas da ponte de Aljezur, já que a proposta para a ponte de Odeceixe seria a mesma que se poderia apresentar para a ponte de Aljezur.---

O Senhor Manuel Cristo disse ter começado a sentir algum receio quase a rondar a tabela do medo, porque foi posto no ar ideia de que estava a fazer parte de um grupo de pessoas que se aproveitavam de umas situações esquisitas, de uma informação privilegiada, depois de analisar bem e como conhece as pessoas todas do PS, do PSD e também da CDU, tem igualmente simpatia e respeito por todos, não por ser deste ou daquele partido.-----

O que tem falado com estas pessoas é que o sentimento deles é igual ao seu, portanto, quando se diz que não há igualdade de oportunidades, há e essa igualdade de oportunidades está no regimento desta assembleia municipal.----

Quando os membros do Partido Socialista avançaram com esta proposta foi com vários dias de antecedência, portanto se houve aqui falta de oportunidade, foi da parte das outras bancadas, porque não consultaram os estatutos, o regimento da assembleia e não o utilizaram.-----

Quando o Senhor Amílcar diz que não quer partidos de primeira e segunda, todos sabem aquilo que nós fizemos para que não houvesse partidos de primeira e segunda, há é pessoas que trabalham à moda da primeira e às pessoas que trabalham à moda da segunda, tem esperança, tem fé, não é católico, mas se for preciso também vai rezar para que na próxima vez trabalhem e possam vir a fazer parte de uma equipa de primeira.-----

Seria bom e se estiver errado o futuro o dirá, que o Senhor Vítor Vicente acompanhasse mais a Senhora Presidente da Assembleia e perguntasse como é que vai a situação da assembleia, quais os seus problemas, quais são as perspectivas, que possibilidades de fazer reuniões, este mês ou para o próximo e então avançasse com as propostas, acusar as pessoas, que estamos a beneficiar de uma informação mais privilegiada, chamemos assim, tráfico de influências não gostou, porque não trabalha assim.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que em relação à proposta que foi apresentada, queria esclarecer que nesta Assembleia e na Câmara são discutidos assuntos e votadas algumas propostas sobre matérias que nós já sabemos às vezes que elas estão encaminhadas, mas neste caso aqui, tal como o Senhor Fernando Rosa disse, de facto já sabia que há obras em Maria Vinagre, mas até já sabia antes de hoje, agora como é que elas vão ser, qual é o resultado final não sabe, porque nós já temos observado à vezes que a gente pensa que vai ser uma coisa boa e acaba por ficar tudo na mesma e depois mais tarde nós vimos outra vez falar e apresentar outra proposta sobre o mesmo assunto.-----

Acha que a proposta está bem assim, esta Assembleia também não sabia está, o Senhor Eliezer está hoje a saber, sabia ele que passou lá, esta Assembleia também não sabia e também o Instituto de Estradas não se dignou informar a Assembleia Municipal conforme proposta que foi aprovada em dois mil e três, isso ceder um pouco ao Instituto de Estradas, a Assembleia Municipal aprovou uma proposta e não teve resposta, portanto, agora não vamos retirar isso, não faz sentido nenhum, eles que nos respondam, porque ao fim ao cabo isto é um pedido de esclarecimento, não é contra ninguém, é um pedido de esclarecimento acerca da evolução dos trabalhos, é disso que consta a proposta.-----

Quanto á questão que aqui foi levantada sobre informação privilegiada, de facto, se calhar tem que considerar que uns partidos funcionam de uma maneira e outros partidos de outra, o culpado disto é ele porque soube até primeiro que a Senhora Presidente da Assembleia Municipal que iria haver uma assembleia municipal extraordinária no dia vinte e um e soube-o de fonte partidária, porque como sabe esta assembleia extraordinária não foi convocada por uma proposta do Senhor José Marreiros, nem por causa de outros assuntos, foi convocada porque expressamente no dia vinte e um ia ocorrer a eleição para a assembleia metropolitana em todas as Assembleias do Algarve, e isso foi matéria discutida pelos partidos representados na assembleia metropolitana, PS, PSD, CDU e BE, soube-o por via partidária que a assembleia ia realizar-se no dia vinte e um, e naturalmente que nós conversamos muitas vezes e disse atenção que vai haver uma assembleia extraordinária, se calhar teve informação privilegiada, mas por via partidária, o primeiro a saber possivelmente, até foi o Engenheiro Macário Correia, e sabe-se que esta assembleia foi convocada expressamente em primeiro lugar para tratar deste assunto em todo o Algarve.-----

Se o PSD não informou os seus membros das assembleias municipais do dia da eleição da assembleia metropolitana, a CDU também não informou, o BE

também não informou, não é problema nosso, não é problema do Partido Socialista, portanto que não haja aqui confusão em relação a esta matéria.-----

**OS SENHORES ELIEZER JOÃO CANDEIAS E JOSÉ CARLOS PACHECO DA SILVA, SAÍRAM DA SALA, POR MOTIVOS DE FORÇA MAIOR – INCÊNDIO NAS INSTALAÇÕES DA JUNTA DE FREGUESIA DE ROGIL-----**

O Senhor Vítor Vicente disse querer usar o direito de resposta, dizendo era seu pressuposto e disse-o à pouco que gastássemos o tempo com questões estruturais para o concelho, de qualquer maneira parece-lhe que é importante que acertemos as nossas formas de trabalhar e foram aqui ditas coisas que não pode deixar de antes de mais, se calhar começar pelo fim, o Senhor Presidente da Câmara agora não está aí, queria perguntar-lhe porque regras é que a Assembleia Municipal se rege, se é pela legislação, pelo regimento se é por instruções partidárias, essa é uma pergunta que lhe queria fazer, naturalmente queria dizer-lhe que também sabia da data da eleição para a assembleia metropolitana iria acontecer simultaneamente em todo o Algarve do dia vinte e um, também sabe que a grande maioria das assembleias utilizaram a assembleia para este efeito e não para outros, exactamente isso, importa dizer-lhe isso, queria perguntar-lhe porque é que se rege o funcionamento desta Assembleia, se é pela legislação em vigor, pelo seu regimento, aquele que vem do mandato anterior, mas que está em vigor até que o possamos alterar ou subscrever.-----

Por outro lado, naturalmente, tal como o Senhor Cristo também acha que isto aqui não é para sermos inimigos, todos nós somos muito amigos felizmente, e o que estamos aqui é a defender o nosso ponto de vista que é de queremos o melhor para o nosso concelho, mas não chegamos lá se dissermos que uns têm de tentar esforçar-se para serem de primeira e não de segunda, isso eu não aceita, eu queria perguntar também ao Senhor Cristo qual é o artigo do regulamento interno de funcionamento da assembleia que ele se baseou para dizer que não houve discriminação de tratamentos e que foi respeitado de todas as formas, quando no dia que sai a convocatória, nessa mesma data é acompanhada de moções de uma força partidária, isto não é importante, o que quer é as coisas de outra maneira, e sabe também como há pouco disse como é que se pede o agendamento, os prazos que estão na lei e no regimento, por isso não entende naquilo que o Senhor Cristo se baseou quando diz que está tudo no regimento, quando não é essa a leitura que faz, por isso pede que lhe leia o artigo do regimento que dá cobertura a isso.-----

Terminou com estas duas perguntas, o Senhor José Marreiros disse que todas as bancadas de uma forma ou de outra sabiam que ia acontecer a assembleia para eleger a assembleia metropolitana e sabemos que as assembleias extraordinárias são para funcionar para aquilo que são convocadas.-----

A Senhora Presidente da Mesa disse que pode garantir que esta Assembleia Municipal funciona segundo as regras do seu regimento.-----

O Senhor Vítor Vicente perguntou qual o artigo do regimento que diz que há bancadas privilegiadas em relação a outras.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse que julgou desde logo que não fosse por má intenção, outra coisa que queria perguntar era se o proponente aceita alguma das alterações propostas ou não.-----

O Senhor António Lopes disse concordar com a ideia apresentada pelo Senhor Amílcar, porque efectivamente esta proposta foi aprovada em dois mil e três pela assembleia municipal e foi nessa qualidade que ela foi enviada para os órgãos competentes.-----

O Senhor José Marreiros na qualidade de proponente, disse que a redacção da proposta ficava como está.-----

Posta moção à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

**DECLARAÇÃO DE VOTO DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:-----**

“A bancada do PSD – Partido Social Democrata, votou a favor da presente moção, considerando a importância do assunto em debate, porém, queremos deixar bem expresso que o fizemos sob protesto, pois não foi salvaguardada a igualdade de oportunidades a todos os membros da presente Assembleia, na medida em que junto à convocatória da presente Assembleia foi enviada uma moção dos membros da bancada do PS – Partido Socialista, o que denuncia que lhes foi dado conhecimento prévio da convocatória desta Assembleia, conferindo-lhes um tratamento privilegiado em relação aos restantes membros.- Por outro lado, consideramos que, a redacção do texto da presente moção não dignifica esta Assembleia.-----

Os Membros da Bancada do PSD – Partido Social Democrata.-----

Vítor Vicente, Rosa Cigarra e Ana Santos.”-----

**DECLARAÇÃO DE VOTO DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA:-----**

“Não podemos deixar de aprovar esta moção, porque ela é importante para o concelho, mas lamentamos o facto do proponente não ter aceite melhorar a redacção, no sentido de dignificar esta assembleia.”-----

**PONTO NÚMERO TRÊS**

**APRECIACÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTA SOBRE O ORÇAMENTO DE ESTADO**

**PARA DOIS MIL E SEIS – PIDDAC:** – Pelo Senhor José Marreiros em nome da Bancada do Partido Socialista foi apresentada a seguinte moção:-----

**“ORÇAMENTO DE ESTADO – DOIS MIL E SEIS-----**

. Considerando que quase todo o território do Município de Aljezur encontra-se inserido em Reserva Ecológica Nacional, em Reserva Agrícola, em Rede Natura dois mil e No Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, e que este estado de coisas foi entendido pelo Estado Português como um desígnio por demais importante para o País e para a Europa;-----

. Considerando que o desenvolvimento local fica por esta forma fortemente condicionado;-----

. Considerando que o Concelho de Aljezur tem cerca de cinco mil e trezentos cinco mil e trezentos habitantes e cerca de trezentos e vinte dois quilómetros de área;-----

. Considerando que as transferências do estado para as autarquias locais dependem directamente da área do Concelho e do número de habitantes;-----

. Considerando que o Concelho de Aljezur vive essencialmente das transferências do Estado;-----

. Considerando que devido à realidade económica do Concelho e ao estrangulamento da mesma por todos os condicionantes existentes, o mesmo não gere receita suficiente para complementar as transferências do Estado de forma a aumentar o investimento no bem-estar das populações;-----

. Considerando que conforme publicitado por diversos documentos elaborados por governos sucessivos ao longo dos anos, emerge uma preocupação constante por parte dos nossos Governantes, pelos menos no papel acerca do bem-estar das populações residentes em áreas protegidas, conforme publicitado nos documentos que aqui relembramos:-----

- PROTAL – Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve-----

- Decreto-Lei número dezanove barra noventa e três, de vinte e três de Janeiro, que define a Rede Nacional de Áreas Protegidas-----

- Decreto-Regulamentar número vinte e seis barra noventa e cinco, de vinte e um de Setembro, que cria o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina-----

- Decreto-Regulamentar número trinta e três barra noventa e cinco, de onze de Dezembro, que aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste

Alentejano e Costa Vicentina-----

- Directiva Comunitária noventa e dois barra quarenta e três barra CEE – Rede Natura dois mil-----

- Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sines-Burgau-----

- Resolução do Conselho de Ministros número cento e dois barra noventa e seis, de oito de Julho-----

- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável – ENDS dois mil e dois.----

. Considerando que o Município de Aljezur foi contemplado em PIDDAC dois mil e cinco com a quantia de cinco mil euros, que supostamente seriam aplicados no Quartel da GNR em Aljezur e que nem este valor foi aplicado;-----

. Considerando que este ano o PIDDAC reserva uma verba de noventa e seis mil quinhentos e cinquenta e oito euros o que já representa um aumento de dezanove vezes mais que no ano anterior, e que volta a abrir uma rubrica fechada pelo anterior Governo, voltando novamente a aparecer a Variante à EN cento e vinte em Aljezur inscrita com uma verba de três mil setecentos e cinquenta euros, pelo que desde já manifestamos a nossa tristeza pela verba ser tão escassa e não demonstrar uma clara assunção da execução da obra;-----

. Considerando que apesar da Variante estar inscrita neste PIDDAC e que a mesma tem, infelizmente não será executada na vigência do PIDDAC dois mil e seis, mas que fica pelo menos aberta a rubrica, esperando-se o seu inequívoco início em dois mil e sete, ficam no entanto ainda de fora obras consideradas fundamentais e estruturantes para o Concelho de Aljezur nomeadamente, o Castelo de Aljezur, Portinho do Forno, Porto da Arrifana, Barragem das Cercas, Quartel da GNR, conclusão da repavimentação EN cento e vinte, IC quatro, Pousada da Juventude, entre outras;-----

Considerando o trás exposto a Assembleia Municipal de Aljezur, delibera manifestar a sua profunda preocupação pela “sorte” que nos traz o PIDDAC dois mil e seis e apela para a melhor resolução, relativamente a todas as situações mencionadas.-----

Após aprovação esta moção será enviada: ao Senhor Primeiro-Ministro, Senhor Ministro do Ambiente, Senhor Ministro das Obras Públicas, Senhor Ministro da Administração Interna, Senhor Governador Civil do Distrito de Faro, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve e Comunicação Social.-----

Aljezur, vinte e um de Novembro de dois mil e cinco.-----

Pela bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Aljezur.”-----

O Senhor Amílcar Duarte disse que ia também apresentar a moção que se segue sobre o Orçamento de Estado, dizendo que a mesma é oportuna, que devemos estar unidos nesta situação, no sentido da defesa do nosso concelho, que tem sido prejudicado pelos anteriores Orçamentos de Estado na medida em que este já não é o único ano que mesmo havendo alguma coisa prevista, de resto não é feito nada, isso é uma coisa que já tem vindo a acontecer, já estamos habituados, há obras neste concelho que têm sido colocadas e retiradas, há propostas que têm sido feitas inclusive na Assembleia da República no sentido de serem incluídas obras neste concelho que têm sido rejeitadas pelos deputados na Assembleia da República e acha que é oportuno que tomemos uma posição forte e coesa em relação a isso.-----

Por outro lado, acha que este Orçamento que também foi objecto de várias manifestações por parte de municípios, por parte da própria Associação Nacional de Municípios Portugueses em relação ao que este faz relativamente ao poder local, nomeadamente, nas verbas que corta ao poder local provocando uma indignação geral de autarcas independentemente da sua cor partidária.----

Considerou ser positivo juntar nesta moção os aspectos relacionados com a questão de prejudicar o poder democrático no nosso país, com facto de prejudicar o nosso Concelho, com facto de também prejudicar o interior, digamos assim, de certa forma o litoral porque também temos costa, continuar a não equilibrar o investimentos em termos de regiões mais e menos desfavorecidas, portanto resolvi apresentar esta proposta que vem no sentido de melhorar, de alternativa à proposta anteriormente lida, deixando à consideração da assembleia desta assembleia a provação da proposta anterior ou desta.-----

No entanto, aproveitou grande parte do texto da proposta apresentada pelo Partido Socialista, que aproveitou para melhorá-la, esta ele considera como uma outra proposta alterada em relação aquela que tinha vindo do Partido Socialista.-----

**“SOBRE A PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE ESTADO PARA DOIS MIL E SEIS---**

**Considerando que:**-----

. A proposta de Orçamento de Estado para dois mil e seis aprofunda gravemente a política de estrangulamento financeiro do Poder Local a pretexto do Pacto de estabilidade e constitui um atentado ao Poder Local democrático, conquistado após o vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro;-----

. O Governo pura e simplesmente não cumpre a Lei das Finanças Locais mantendo os fundos municipais ao nível de dois mil e cinco e prevendo um saco azul de duzentos milhões de euros para distribuir discricionariamente;-----

. O Governo introduz na proposta de Orçamento de Estado normas e tutelas sobre as Autarquias Locais que constituem grave atentado à autonomia do Poder Local e, logo, à Constituição da República Portuguesa;-----

. Permanecem restrições ao recurso ao crédito para investimento apesar de, segundo dados do Banco de Portugal, as Autarquias Locais em dois mil e três ficarem abaixo dos limites de endividamento previstos em dois mil e quatro e dois mil e cinco, terem contribuído para a diminuição do défice público enquanto o Estado continua a contribuir para o aumento da dívida pública prevendo esta proposta de Orçamento para dois mil e seis, um aumento do seu endividamento líquido até doze vírgula seis milhões de euros (artigos oitenta e dois e oitenta e três do Orçamento de Estado);-----

. A tendência do Governo para transformar as autarquias em serviços autónomos sob sua direcção se revela também nesta proposta de orçamento de Estado através de normas inaceitáveis de tutela sobre as Autarquias Locais, designadamente a suspensão de destacamentos e requisições e transferências de pessoal (artigo décimo-primeiro) e a previsão de aumento zero nas despesas de pessoal o que, ligado ao aumento dos salários e “dos descontos para a Caixa Geral de Aposentações e para a Segurança Social, levariam, a serem cumpridos, ao despesismo de pessoal e à integração em quadros de excedentes que voltam a ser criados;-----

. Essa tendência se revela também pelo pedido de autorização legislativa, inaceitável do ponto de vista jurídico, para “criar um regime geral das taxas municipais e das freguesias visando alargar a sustentabilidade financeira das Autarquias Locais ...”;-----

. Não são propostas medidas que estabeleçam a preferência em favor das autarquias nos processos de venda de património público imobiliário (delapidação, pode dizer-se – de que foi exemplo a Quinta da Falagueira, terreno do Estado vendido, para urbanizar, em hasta pública a preço irrisório, sem que a Câmara da Amadora pudesse intervir);-----

. Se mantém o cenário de degradação do poder de compra e demais condições de trabalho dos trabalhadores da função pública, em que se incluem os

trabalhadores das autarquias, factor principal de desmotivação, fuga de recursos qualificados e dificuldade no seu relacionamento;-----

. Prossegue a retracção do investimento do estado, particularmente em infra-estruturas e equipamentos sociais, de saúde e ensino e, em geral, mantém-se e grava-se o cenário negro para a economia e os portugueses em geral, com reflexos brutais nas populações cujos interesses nos cabe defender, no tecido social e na actividade económica local;-----

. Mais uma vez a proposta de Orçamento Geral do Estado penaliza alguns dos municípios mais pobres do país e particularmente o Concelho de Aljezur;-----

. O concelho de Aljezur tem cerca de cinco mil e trezentos habitantes e cerca de trezentos e vinte e dois quilómetros quadrados de área e as transferências do estado para as autarquias locais dependem directamente da área do Concelho e do número de habitantes;-----

. O Concelho de Aljezur vive essencialmente das transferências do Estado;-----

. Devido à realidade económica do Concelho e ao seu estrangulamento por todos os condicionantes existentes, o mesmo não gera receita suficiente para complementar as transferências do Estado de forma a aumentar o investimento no bem-estar das populações;-----

. O concelho de Aljezur necessita e merece uma maior atenção por parte do Poder Central, dado o facto de grande parte da sua área se encontrar incluída na Reserva Agrícola Nacional, em Rede Natura dois mil e no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e que a preservação destas áreas tem sido considerada pelo Estado Português como um importante desígnio para o país e para a Europa:-----

. Por diversos documentos elaborados por governos sucessivos ao longo dos anos, emerge uma preocupação constante por parte dos nossos Governantes, pelo menos no papel, acerca do bem-estar das populações residentes em áreas protegidas, conforme publicitado nos documentos aqui lembrados:-----

- ROTAL – Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve-----
- Decreto-Lei número dezanove barra noventa e três, de vinte e três de Janeiro, que define a Rede Nacional de Áreas Protegidas-----
- Decreto-Regulamentar número vinte e seis barra noventa e cinco, de vinte e um de Setembro, que cria o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina-----
- Decreto-Regulamentar número trinta e três barra noventa e cinco, de onze de Dezembro, que aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina-----
- Directiva Comunitária noventa e dois barra quarenta e três barra CEE – Rede Natura dois mil-----
- Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sines-Burgau-----
- Resolução do Conselho de Ministros número cento e dois barra noventa e seis, de oito de Julho - Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável – ENDS dois mil e dois-----

. O desenvolvimento local de Aljezur tem vindo a ser fortemente condicionado pela existência daqueles instrumentos de protecção e o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina não tem sido objecto dos investimentos previstas por altura da sua criação;-----

. São necessárias neste concelho diversas infra-estruturas, fundamentais para o bem-estar, a segurança das populações e o desenvolvimento económico;-----

. O Município de Aljezur foi contemplado no PIDDAC dois mil e cinco com a quantia de cinco mil euros, que supostamente seriam aplicados em Quartel da GNR em Aljezur e que nem este valor foi aplicado;-----

. Este ano o PIDDAC reserva uma verba de noventa e seis mil quinhentos e

oitenta e oito euros, o que já representa um aumento de mil oitocentos e trinta por cento, relativamente ao ano anterior;-----

. Embora este PIDDAC abra uma rubrica fechada pelo anterior Governo, voltando novamente a aparecer a Variante à EN cento e vinte em Aljezur, a verba inscrita é de apenas três mil setecentos e cinquenta euros, ou seja, manifestamente insuficiente para o início desta tão importante obra para a Vila de Aljezur;-----

. No PIDDAC para dois mil e seis ficam de foram obras consideradas fundamentais e estruturantes para o Concelho de Aljezur como seja entre outras:-----

- Castelo de Aljezur;-----
- Portinho do Forno;-----
- Porto da Arrifana;-----
- Barragem da Cerca;-----
- Quartel da GNR;-----
- Conclusão da repavimentação da EN cento e vinte.-----

. A proposta de Orçamento de Estado para dois mil e cinco não corresponde às expectativas dos aljezurense, nem às promessas que diferentes governos têm feito.-----

. As opções do Plano para dois mil e seis e o Orçamento de Estado, ao definir a criação das autarquias metropolitanas apenas para Lisboa e Porto, ignoram a Grande Área Metropolitana do Algarve, o que indicia a sua desvalorização.-----

**A Assembleia Municipal de Aljezur, reunida em vinte e um de Novembro de dois mil e cinco, delibera:-----**

Um - Exigir o integral cumprimento da Lei das Finanças Locais, apelando à Assembleia da República para que a faça cumprir, corrigindo a distribuição das verbas a inscrever para os municípios e freguesias;-----

Dois - Proclamar o seu firme propósito de defender a autonomia do Poder Local consagrada na Constituição da República, reclamando das Associações Nacional de Municípios e das Freguesias posições firmes e combativas contra as propostas do Orçamento de Estado dois mil e seis susceptíveis de a enfraquecer;-----

Três - Protestar contra o novo patamar de degradação das condições de trabalho dos trabalhadores da autarquia por este orçamento, solidarizando-se com a sua luta;-----

Quatro - Reclamar a retoma do investimento público, em especial na saúde, acção social e educação a um nível que responda efectivamente às necessidades da economia local e às carências da população;-----

Cinco - Reclamar a alteração da proposta apresentada na Assembleia da República, no sentido de aumentar o investimento deste Concelho, contemplando as obras que se consideram fundamentais para o bem-estar das suas populações.-----

Seis - Manifestar preocupação pela não criação da autarquia metropolitana do Algarve, a qual poderia abrir caminho em direcção à regionalização.-----

Sete - Remeter a presente moção a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, aos deputados eleitos pelo círculo eleitoral de Faro, à ANMP, à ANAFRE, às demais Assembleias e Câmaras Municipais do Algarve, ao Governo Civil, à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, à Junta Metropolitana do Algarve, à Assembleia Metropolitana do Algarve, a Sua Excelência o Primeiro-Ministro, aos restantes membros do Governo, bem como aos órgãos de Comunicação Social.-----

Oito - Divulgar a presente moção junto da população."-----

A Senhora Presidente da Mesa alertou o Senhor Amílcar para que sempre que fosse possível pudesse fazer chegar com mais tempo as propostas para que as possamos analisar com mais rigor antes da sessão.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse que foi apenas do dia dezoito que recebeu a convocatória, que por saber que estava a enviar demasiado tarde é que enviou por correio electrónico para os contactos que tinha de membros das outras forças partidárias, confiando no funcionamento de cada um dos partidos, seria dado conhecimento aos outros membros da assembleia da respectiva força partidária.-----

O Senhor Vítor Vicente disse que em primeiro lugar não quer começar nem voltar a dizer aquilo que disse no ponto anterior, no seu entender, porque acha que tem que aqui se fazer pedagogia para o futuro, não pode deixar de o fazer, contudo não diz mais.-----

Que esta matéria é de grande preocupação e a pergunta que faz é que se estamos na presença de duas moções, ou na presença apenas de uma moção, porque é importante saber isso, embora concorde genericamente com a preocupação das duas.-----

O que aqui está expresso é sua preocupação também, que o Concelho de Aljezur foi muito mal tratado, todo o poder local foi maltratado, muito em particular o Concelho de Aljezur, nos últimos dois anos, muito mal tratado em termos de PIDDAC, o ano passado tinha cinco mil euros que nem tão pouco foram utilizados em termos de PIDDAC, este ano está proposto noventa e seis mil euros para a escola e para a variante também três mil e poucos euros, penso que se não for reforçado também não vai ser utilizado para coisa alguma, eventualmente o da escola poderá ser para alguma coisa.-----

Antes de mais, de forma sucinta dizer que concorda, não sabe se de uma, mas duas moções, pois irão clarificar antes de passarmos à votação, mas que estas também são as suas preocupações e acha que devemos expressá-las em nome da defesa dos interesses do Município.-----

Posto isto, a Senhora Presidente vai-lhe desculpar, espera que, em assembleias futuras não ter que andar a rebater nestas matérias e voltar a dizer em relação a este ponto, porque se aplica de igual forma e a Senhora Presidente acabou por reconhecer que não é por acaso que as leis, o regimento estipulam as regras e acabou por reconhecer à pouco, quando pediu a um dos membros desta assembleia que para a próxima mandasse com mais antecedência, a importância do cumprimento das regras, portanto, não quer ser chato com isto, mas que se cumpram as regras, se não se cumprir não vamos seguramente bem, e vamos com certeza com má intenção, mas fazer pedagogia para o futuro, com certeza que não foi por má intenção, foi com certeza por lapso e isto se o fosse poderia ter uma gravidade maior e a lei também diz que a assembleia, que o Presidente da Assembleia deve agendar para discutir na assembleia matérias que são da competência da assembleia e aquilo que estamos aqui a discutir neste ponto é matéria da competência, são moções, tomadas de posição perante o poder central e essa é a nossa competência, o que a Senhora Presidente agendou e convocou provavelmente por lapso não foi moções, mas uma proposta “apreciação e votação de proposta sobre o orçamento de estado para dois mil e seis – PIDDAC“, ora bem, nós não temos competências nesta Assembleia para propostas do Orçamento Geral do Estado, é competência da Assembleia, não desta, mas da Assembleia da República, o que esta pode fazer é se manifestar quanto a essas mesmas propostas, manifestar o seu desacordo, mas não fazer propostas para alterar o Orçamento Geral do Estado, portanto este ponto três e não o entenda mal, entenda este seu reparo de forma positiva, não como crítica, mas de forma positiva este ponto três, não aquilo que estamos a discutir que é

da nossa competência mas aquilo que está na ordem de trabalhos não é competência desta assembleia e só pode ser agendado matérias desta assembleia.-----

A Senhora Presidente da Mesa disse que a intenção era a tomada de posição e manifestar o desacordo com a proposta de Orçamento de Estado para dois mil e seis.-----

O Senhor Vítor Vicente disse que como está escrito o ponto dá a ideia de que é uma posição sobre o Orçamento Geral do Estado e essa não é a nossa competência.-----

A Senhora Presidente da Mesa disse que devido à sua falta de experiência iria aperfeiçoar esses pequenos desaires que acontecem.-----

**O SENHOR ELIEZER JOÃO CANDEIAS, PASSOU NOVAMENTE A FAZER PARTE DOS TRABALHOS.**-----

O Senhor Fernando Rosa disse que o Senhor Vítor Vicente pecou, pensa que felizes de nós todos se conseguíssemos ter força para alterar a nível de Assembleia da República, certamente não teríamos só estes míseros euros.-----

Disse que como autarca eleito pelo Partido Socialista e já manifestou este seu desagrado em anos anteriores quando existia outra força política no Governo e pensa que é importante sermos coerentes independentemente da força política que somos eleitos e da força política que está no Governo, entristece-lhe um pouco, não sabe qual será o sentimento das outras forças políticas que estão nesta assembleia, mas quando existem eleições legislativas o nosso Concelho é visitado por diversas vezes, e nunca mais lhe pomos a vista em cima e são pessoas com peso político, neste caso fala a nível do PS o partido pelo qual foi eleito para a Junta de Freguesia de Odeceixe e fica triste, fica magoado quando a nível de PIDDAC é o que se vê.-----

Será que essas pessoas não têm umas horas durante a sua semana de trabalho para se deslocar ao Concelho de Aljezur e para reunirem com os autarcas eleitos pelo Partido Socialista para lhes perguntarem o que é que eles acham ou que é que eles achariam que deveria ser colocado em termos de PIDDAC para o Concelho de Aljezur, estas pessoas fazem com que tenha alguma dúvida para com poder político, porque só se lembram do Concelho de Aljezur e das pessoas de Aljezur quando precisam deles, quando precisam que vão votar nas eleições legislativas. Pensa que é uma situação que nós de uma vez por todas temos de tomar uma posição firme, os membros desta assembleia e as pessoas do Concelho de Aljezur, porque existem várias moções, propostas por diferentes cores partidárias, temos uma bandeira a meia haste já lá vai quanto tempo, existem desacordos quer a nível do executivo da câmara municipal, quer das diferentes personalidades do concelho de Aljezur e o certo é que até hoje os resultados são nulos.-----

Temos lutado e temos tido visitas de membros do Governo ao Concelho de Aljezur e do Senhor Presidente da República, dizem que está mal, que temos que mudar, mas o certo é que passados já alguns anos continuamos iguais ou continuamos piores. E é uma situação que nos deve preocupar e que se calhar devemos pensar que há pouco tempo ainda tínhamos os concelhos de Alcoutim e Castro Marim que ficavam atrás de nós em termos de desenvolvimento, mas qual é a sua surpresa quando esta semana e na semana anterior nos jornais verificou que existem fortes investimentos para aqueles concelhos, o que os preocupa é que ano após ano no Orçamento de Estado, o PS ou as força políticas presentes nesta assembleia municipal apresentam moções que na altura pensamos que podem ter algum efeito, mas o certo é que esse efeito é nulo.-----

O Senhor José Marreiros disse que há espaço suficiente para que as duas moções sejam votadas, já que a essência da moção que o Senhor Amílcar apresentou tem

muito mais conteúdo.-----  
Não queria deixar de dizer que lhe aborrece serem acusados de privilégio e saírem desta assembleia de madrugada em virtude das mesmas bancadas utilizarem constantemente trinta, quarenta ou cinquenta minutos sobre o mesmo assunto, quando o artigo vinte e três do regimento contempla no mínimo por elemento quinze minutos, quando são acusados de ter privilégios, o que se constata nesta assembleia e se constatou durante quatro anos e continua a constatar é que as pessoas que são privilegiadas em termos da palavra são as mesmas pessoas.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse que não considera oportuno aprovar estas duas moções, crê que elas deviam de ser votadas em alternativa e não as duas, não faria sentido aprovarmos aqui duas moções sobre o mesmo assunto, não faria sentido aprovar duas moções, que a sua proposta está aberta a quaisquer alterações que esta assembleia julgue introduzir, uma vez que pretende ser uma tomada de posição desta assembleia municipal.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que foi apresentada uma proposta da bancada do Partido Socialista para ser votada, não é para ser condicionada por qualquer outra que aqui é apresentada, o Partido Socialista apresentou uma proposta que é para ser votada, ponto final.-----

**O SENHOR JOSÉ CARLOS PACHECO DA SILVA, PASSOU NOVAMENTE A FAZER PARTE DOS TRABALHOS.**-----

O Senhor Amílcar Duarte disse que não credibiliza esta assembleia enviarmos duas moções, vamos admitir a hipótese delas serem aprovadas, mandamos para o Senhor Governador Civil duas moções com o mesmo conteúdo, acha que não faz o menor sentido, se a Mesa e esta assembleia tiver outro entendimento, votam-se as duas, não tem esse entendimento, é só pela dignidade desta assembleia municipal.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que a dignidade desta assembleia municipal, é votar as propostas que aqui são apresentadas, foi manifestada essa vontade por parte de um elemento da bancada do Partido Socialista, apresentou a sua proposta, é votada, imagine-se votar em alternativa, uma ter que ser recusada, agora veja-se a leitura política que se pode fazer disso, imaginemos que a proposta do Senhor Amílcar é recusada, está já ver o espectáculo político que vai acontecer no dia seguinte, imagine-se que é a outra, então o Partido Socialista vai votar proposta contra a sua, para votar na da CDU.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse comprometer-se perante esta assembleia a dizer que esta proposta se for aprovada, a proposta que ele apresentou a esta assembleia que não irá dizer em nenhum sítio que foi a provada a proposta da CDU e que foi chumbada a proposta não sei quê e que isso não faz o menor sentido e não é esse o espírito que estamos aqui, crê que estamos aqui num determinado espírito, não vale a pena o Senhor Presidente da Câmara vir aqui introduzir outro espírito que não está presente nesta assembleia municipal, não é isso, o que queriam era ter uma moção, uma posição forte, se acharem que devem ser votadas as duas, a Mesa decidirá como são feitas as votações.-----

A Senhora Presidente da Mesa disse que vão ser votadas as duas, são duas tomadas de posição de duas forças políticas diferentes, não acha que tire a dignidade à assembleia, talvez seja uma situação de preocupação sobre este assunto.-----

O Senhor Eliezer Candeias disse que as propostas podem sofrer alterações se a maioria assim o entender.-----

O Senhor Dionísio Silva perguntou se as moções ao serem apresentadas têm que ser votadas forçosamente nesta sessão, dado que elas são idênticas, vão ao encontro uma da outra, não sabe se faz sentido, poderiam elas ser retiradas, ser

redigida uma conjuntamente e posteriormente aprovada.-----  
O Senhor Manuel Cristo propôs que fossem postas em simultâneo a proposta do PS e a da CDU e aquela que fosse a mais votada era a aceite pela assembleia.-----  
O Senhor José Marreiros disse que as duas propostas têm todas a sua validade, uma sobrepõe-se a outra nalguns aspectos, mas coincidem na essência, e como proponente propõe que a sua proposta seja votada e está disponível para votar a outra proposta.-----

Posta à votação a moção apresentada pelo Partido Socialista, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

Posta à votação a moção apresentada pela Coligação Democrática Unitária, foi a mesma aprovada por maioria com as abstenções dos membros Dionísio Silva e Eliezer Candeias.-----

**DECLARAÇÃO DE VOTO DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:-----**

“A bancada do PSD – Partido Social Democrata, votou a favor das presentes moções por considerar que o Município foi tratado de forma discriminatória no Orçamento de Estado para dois mil e seis, o qual ignora as principais carências estruturantes para o desenvolvimento deste Concelho.-----

Aceitamos discutir este ponto da ordem de trabalhos, mais uma vez sob protesto, por entendermos ter existido favorecimento à bancada do PS – Partido Socialista em detrimento das restantes bancadas, o que esperamos não volte a acontecer para bem do funcionamento plural e democrático deste órgão.-----

Queremos ainda realçar que o ponto agendado na ordem de trabalhos era “Apreciação e votação de proposta sobre o Orçamento de Estado para dois mil e seis – PIDDAC”, e o que nos foi colocado à discussão de uma moção. Cabe-nos ainda referir que a Assembleia só pode agendar, discutir e pôr à votação, matérias da sua competência, o que não se verifica na presente ordem de trabalhos, visto que a “Apreciação e votação de proposta sobre o Orçamento de Estado para dois mil e seis – PIDDAC”, extravasa largamente as competências desta Assembleia, o que podemos fazer e fizemos de acordo com a alínea o) do artigo cinquenta e três do Decreto-Lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, alterada pela Lei cinco traço A barra dois mil e dois de onze de Janeiro é “tomar posição perante os órgãos do poder central sobre assuntos de interesse para a Autarquia”, dado que propostas para o Orçamento de Estado são da competência da Assembleia da República.-----

Os Membros da Bancada do PSD – Partido Social Democrata.-----  
Vítor Vicente, Rosa Cigarra e Ana Santos.”-----

O Senhor Vítor Vicente disse que faz questão de incluir a declaração de voto, porque o Senhor Presidente da Câmara disse à pouco e muito bem que isto era um órgão político, tem que se defender, quer ressaltar que ao discutir este assunto, o fizeram com este reparo.-----

#### **PONTO NÚMERO QUATRO**

**FIXAÇÃO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – ANO DOIS MIL E CINCO:** – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de oito de Novembro de dois mil e cinco, a qual fica arquivada em pasta anexa.-----

A Senhora Presidente da Mesa disse que as taxas aprovadas são as mesmas do ano anterior.-----

O Senhor José Duarte perguntou se a alínea c) referida para prédios urbanos avaliados antes do CIMI, se eram os prédios novos.-----

A Senhora Presidente da Mesa disse que sim, que esses prédios eram avaliados segundo as regras do novo CIMI, que em relação aos prédios urbanos avaliados antes da entrada em vigor do CIMI, a aplicação da taxa de zero vírgula sete por cento ao valor tributável pode não ser o valor real a pagar, porque o novo

Código limita o aumento, isto é, da aplicação da taxa não pode resultar valor superior aos limites estabelecidos por lei (regime de salvaguarda previsto no regime transitório do património), aumentos progressivos e condicionados desde de dois mil e três a dois mil e oito.-----

O Senhor Amílcar Duarte perguntou se o Senhor Presidente da Câmara sabe quais são as taxas do concelhos limítrofes.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que no Algarve são quase todas zero vírgula oito, a maioria é zero vírgula nove. Não havia a ideia que reflexo iriam ter, esses valores na receita das Autarquias, última informação que tem do Secretário de Estado das Autarquias é que genericamente a nível do País implicará um aumento de cerca de quatro por cento daquilo que era recebido nos anos anteriores, mas nalguns Municípios, nomeadamente nos mais turísticos isso pode ser superior a dez por cento, porque aí esta a maioria dos prédios avaliados no novo Código e onde esses valores serão mais elevados.-----

A Senhora Presidente da Mesa informou que prédios avaliados segundo as novas regras ainda não produziram efeitos e praticamente não houve reflexos no montante a entregar às autarquias porque os prédios começaram a ser avaliados nos finais de dois mil e quatro e no decurso de dois mil e cinco, só em Abril de dois mil e seis se vai ver o montante que as câmaras poderão vir a receber do resultado da aplicação da taxa nos prédios que foram avaliados segundo as novas regras.-----

A Senhora Rosa Cigarra perguntou se em relação ao que havia sido aprovado no ano passado havia alguma previsão.-----

A Senhora Presidente da Mesa disse que não se efectivou porque as avaliações estiveram suspensas durante meses, só começaram nos finais de dois mil e quatro e no decurso de dois mil e cinco, só indo ter resultados na próxima liquidação que vai ocorrer em Abril de dois mil e seis.-----

O Senhor Vítor Vicente disse que pelo facto de haver redução de verbas do Orçamento de Estado, estas taxas são fundamentais para o desenvolvimento da autarquia, quando nós somos poucos, precisamos de ser mais, temos que encontrar mecanismos que possam ser convidativos para empresas, pessoas que aqui se possam radicar para aumentar a população deste concelho.-----

Embora de forma simbólica se as contribuições autárquicas pudessem baixar ligeiramente sem pôr em causa o funcionamento da autarquia, que eventualmente, a diferença de receitas que daí advenha possa ser compensada por uma boa gestão e uma boa economia, que deveríamos dar posteriormente esse indicador de que se entendesse como um convite para empresas, que mais gente aqui se radicasse.-----

Os efeitos reais práticos e objectivos para o futuro desta terra poderiam ser superiores a isso, achando que este tipo de ponderação também tem que se fazer, não é só a leitura imediata de multiplicar a soma do dinheiro que se vai receber, até porque está aqui em causa a revalorização, se por um lado, se temos um valor base sobre o qual é calculado há uma previsão do aumento de receita, muito embora esteja esse aumento de receita condicionado como disse, que possamos ir encontrando caminhos de desenvolvimento, porque só conseguimos ultrapassar um conjunto de questões estruturantes deste concelho se passarmos a ter mais gente, enquanto formos cinco mil e poucos não conseguimos sair disto por mais posições que possamos tomar, moções, reivindicações que possamos fazer, por mais cortes de estrada que se faça, enquanto formos poucos não nos vão ligar mais, do que aquilo que ligam, temos de ter um objectivo de ser mais e só assim vamos resolver questões estruturantes e penso que temos que dar sinais para o exterior, é uma caminhada lenta, mas que se inicie esse caminho.-----

A Senhora Presidente da Mesa informou que actualmente as regras de avaliação,

não são muito apelativas em termos da fixação de mais pessoas, a fórmula de cálculo que foi estipulada por lei tornou-se muito gravosa a nível nacional pelo que veio alterar muito as avaliações em termos gerais, por isso é que só no próximo ano é que se vai ver o reflexo desses critérios de avaliação.-----

O Senhor Vítor Vicente disse que pelo que a Senhora Presidente da Mesa acabou de dizer, nós naquilo que está ao nosso alcance, devíamos dar um sentido contrário, mesmo simbólico que fosse.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse conhecer municípios onde a taxa é máxima, conhece municípios onde as taxas para fazer obras são muito superiores às de Aljezur, conhece municípios onde se cobra todas as taxas e investem lá muito mais do que investem aqui, os investimentos para os empresários estão previstos na lei, quem quiser aqui implantar empresas tem vários benefícios, francamente não vê como é que baixar a taxa para zero vírgula seis por cento vá atrair pessoas para Aljezur, nós que pagamos a água mais barata do Algarve, as razões são outras, ninguém investir em Aljezur porque paga menos cinco contos no fim do ano em contribuição autárquica, porque as pessoas que fixam a primeira residência até beneficiam de isenção durante um período, acha que existem um conjunto de outras coisas que não têm a ver com questões de natureza financeira e não trazem assim tantas pessoas para aqui, essa de baixar zero virgula um não parece que tenha algum significado.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse que nós não podemos alterar o que vem da Câmara Municipal, que eventualmente, num ano como este em que há dificuldades, nomeadamente de crise económica como por aí se diz, poderia haver nalguns casos, nomeadamente nas pessoas que têm mais dificuldades no início precisamente na implementação desta como aliás a Senhora Presidente da Mesa disse e como pessoa bem informada, que pode haver realmente alguns impactos sobre algumas famílias, podendo eventualmente alguma taxa mais baixa, sobretudo nesta da alínea c), poderia ser eventualmente desejável, não sabe se a redução da verba do Orçamento de Estado aos municípios tem a ver com o dinheiro destas contribuições e por isso vão cortar noutro lado.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que a situação económica acaba por afectar os cidadãos em geral e as instituições também, neste caso se autarquia não tem recursos financeiros não pode prestar tantos serviços aos cidadãos de Aljezur, portanto, pensa que o esforço que é tido pelo Município que trabalha em função do bem público parece-lhe ser mais importante que o interesse do cidadão individualmente, embora sempre que este assunto foi discutido nesta assembleia municipal foi afirmado por parte da Câmara Municipal que iriam seguir atentamente os reflexos que a fixação das taxas iriam ter os acréscimos dos impostos e depois de se verificar que existe de facto um aumento substancial, então a Câmara propõe uma taxa mais baixa, pensa que é assim, quer dizer porque ao fim ao cabo, a alteração do valor das taxas a aplicar, conforme a decisão de cada uma das assembleias municipais podia trazer em relação ao quadro legal antigo menos ou mais receitas para a Câmara, tentamos sempre equilibrar, ou seja, a fixação da taxa, sem criar o choque imediato ou repentino para as pessoas.-----

Posto à votação, foi o presente assunto aprovado por maioria, com as abstenções dos membros Vítor Vicente, Rosa Cigarra e Ana Santos.-----

**INTERVALO:** - Foi pela Senhora Presidente da Mesa proposto e aceite pela Assembleia, um intervalo de dez minutos.-----

**REINÍCIO DOS TRABALHOS:** - Reiniciados os trabalhos, verificou-se a presença de todos os membros.-----

**PONTO NÚMERO CINCO**

**ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA INTEGRAR A ASSEMBLEIA DISTRITAL:** – A Senhora Presidente da Mesa informou da necessidade de proceder à eleição de um representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia para integrar a Assembleia Distrital, conforme previsto na alínea b), do artigo segundo, do Decreto-Lei número cinco barra noventa e um, de oito de Janeiro.-----

Pelo Partido Socialista foi proposto o Senhor Fernando Manuel Costa Rosa, Presidente da Junta de Freguesia de Odeceixe.-----

Foram distribuídos boletins de voto, realizando-se a votação por escrutínio secreto, sendo dezanove os votos registados, o que coincide com o número de votantes, obtendo-se a seguinte votação: votos a favor – dezassete e votos brancos – dois.-----

**PONTO NÚMERO SEIS**

**ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA AO XV CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES:** – A Senhora Presidente da Mesa informou da realização do XV Congresso Associação Nacional de Municípios Portugueses, onde era necessário proceder na Assembleia Municipal a eleição de um representante dos Presidentes de Junta de Freguesia, para participar no referido Congresso.-----

Pelo Partido Socialista foi proposto o Senhor José Manuel dos Santos Marreiros, Presidente da Junta de Freguesia de Aljezur.-----

Foram distribuídos boletins de voto, realizando-se a votação por escrutínio secreto, sendo dezanove os votos registados, o que coincide com o número de votantes, obtendo-se a seguinte votação: votos a favor – dezasseis, votos contra – um e votos brancos – dois.-----

**PONTO NÚMERO SETE**

**ELEIÇÃO DE DOIS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE “TERRAS DO INFANTE – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS”:** – A Senhora Presidente Mesa informou da necessidade de se proceder à eleição de dois membros da Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Acompanhamento das “Terras do Infante – Associação de Municípios”, pelo que solicitou que fossem indicados os respectivos nomes a fim de se poder proceder à eleição dos membros a integrarem a referida Comissão de Acompanhamento de “Terras do Infante – Associação de Municípios”.-----

Pelo Partido Socialista foi proposto o Senhor Johannes Alexander Schyldo.-----

Pelo Partido Social Democrata foi proposto a Senhora Ana Maria Ferreira Santos.-----

Pela Coligação Democrática Unitária, foi proposto o Senhor Amílcar Manuel Marreiros Duarte.-----

Como método de eleição foi decidido que, se procedesse à votação individual por cada membro proposto, por escrutínio secreto, sendo eleitos os dois membros mais votados.-----

Para votação do Senhor Johannes Alexander Schyldo, foram distribuídos boletins de voto, sendo dezanove os votos registados, o que coincide com o número de votantes, obtendo-se a seguinte votação: votos a favor – dezoito e votos nulos – um.-----

Para votação da Senhora Ana Maria Ferreira Santos, foram distribuídos boletins de voto, sendo dezanove os votos registados, o que coincide com o número de votantes, obtendo-se a seguinte votação: votos a favor – seis – votos contra – quatro e votos em branco – nove.-----

Para votação do Senhor Amílcar Manuel Marreiros Duarte, foram distribuídos

boletins de voto, sendo dezanove os votos registados, o que coincide com o número de votantes, obtendo-se a seguinte votação: votos a favor - dez - votos contra - cinco e votos em branco - quatro.-----  
Assim, face à votação obtida, foram eleitos para integrar Comissão de Acompanhamento de "Terras do Infante - Associação de Municípios", os Senhores Johannes Alexander Schyldo e Amílcar Manuel Marreiros Duarte.-----

**PONTO NÚMERO OITO**

**ELEIÇÃO DE AUTARCA DE FREGUESIA PARA INTEGRAR O CONSELHO CINEGÉTICO E DE CONSERVAÇÃO DA FAUNA MUNICIPAL:** - A Senhora Presidente da Mesa informou que, nos termos da alínea d), do número dois, do artigo centésimo quinquagésimo quatro, da Lei número duzentos e vinte e sete traço B barra dois mil, de quinze de Setembro, havia a necessidade de se proceder à eleição de um autarca de freguesia para integrar o Conselho Cinegético e de Conservação da Fauna Municipal.-----

Pelo Partido Socialista foi proposto o Senhor Sérgio Manuel da Silva Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Bordeira.-----

Pelo Partido Social Democrata foi proposto o Senhor José Maria Pacheco, membro da Assembleia de Freguesia de Bordeira.-----

Como método de eleição foi decidido que, se procedesse à votação individual por cada membro proposto, por escrutínio secreto, sendo eleito o membro mais votado.-----

Para votação do Senhor Sérgio Manuel da Silva Santos, foram distribuídos boletins de voto, sendo dezanove os votos registados, o que coincide com o número de votantes, obtendo-se a seguinte votação: votos a favor - catorze, votos contra - quatro e votos brancos - um.-----

Para votação do Senhor José Maria Pacheco, foram distribuídos boletins de voto, sendo dezanove os votos registados, o que coincide com o número de votantes, obtendo-se a seguinte votação: votos a favor - cinco, votos contra - dez e votos brancos - quatro.-----

Assim, foi eleito para integrar o Conselho Cinegético e de Conservação da Fauna Municipal, o Senhor Sérgio Manuel da Silva Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Bordeira.-----

**PONTO NÚMERO NOVE**

**ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** - A Senhora Presidente da Mesa considerando que o regimento que se encontrava em vigor era o do mandato anterior, sugeriu que caso não haver alguma proposta de alteração ao mesmo, este poderia ser aprovado nesta sessão, como regimento para o actual mandato.-----

O Senhor Dionísio Silva perguntou se for aprovado agora vai vigorar para os próximos quatro anos.-----

A Senhora Presidente da Mesa disse que está em vigor, se ninguém manifestar nenhuma intenção de o alterar.-----

O Senhor Dionísio Silva perguntou se podemos aprová-lo nesta sessão e alterá-lo em qualquer altura.-----

A Senhora Rosa Cigarra disse que o que está no regimento é a base do que está no Decreto-Lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove.-----

A Senhora Presidente da Mesa disse que se não houver nenhuma proposta para alteração, vamos considerar este regimento como válido.-----

O Senhor Vítor Vicente disse que o artigo quarenta e cinco diz que "enquanto não for aprovado novo regimento, continua em vigor o anteriormente aprovado".-----

O Senhor Amílcar Duarte disse que antes de terminar a assembleia, havia três coisas que eram importantes, que podiam ter sido incluídas nesta ordem de

trabalhos, mas poderiam ser numa próxima, crê que há o Conselho Municipal de Educação que tem um representante da assembleia municipal.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que actualmente se designa por Conselho Local de Educação e nele tem assento a Senhora Presidente da Assembleia Municipal por inerência.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse que no mandato anterior elegeram uma Comissão Permanente da Assembleia Municipal com representantes das três forças políticas, deixando à consideração da Senhora Presidente da Mesa a possibilidade de termos uma comissão permanente.-----

Outra questão ainda, havia uma Comissão sobre o PROTAL, neste caso todos eles são ainda membros da assembleia, ele próprio, a Senhora Rosa Cigarra, e os Senhores Johannes e Fernando Rosa, mas caberá avaliar se continuamos a ter essa Comissão ou não, porque a questão do PROTAL não está encerrada, faria sentido talvez pensarmos numa Comissão para esse efeito.-----

Ficou decidido manter a referida Comissão, passando a fazer parte da mesma a Senhora Presidente da Assembleia, os Senhores Amílcar Duarte, Johannes Schydlo, Dionísio Silva e a Senhora Rosa Cigarra.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse fazer um à parte, porque à pouco ouviu um comentário de que a assembleia só podia deliberar sobre assuntos e tratar que constem da ordem de trabalhos, estranha agora que uma força política que tenha votado e apresentado uma declaração de voto, venha agora introduzir discussão nesta assembleia municipal de assunto que não consta na ordem de trabalhos, assim se vê a coerência das intervenções políticas das pessoas, por coerência estavam calados.-----

O Senhor Vítor Vicente perguntou qual foi ao assunto que introduziram.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que estavam aqui na discussão de um assunto que não estava na ordem de trabalhos, e à pouco apresentaram uma declaração de voto a dizer e a repreender quem fez uma proposta sobre o Orçamento de Estado, sobre deliberação de assuntos que não estavam em discussão.-----

**MINUTO DE SILÊNCIO:** A Assembleia Municipal pelo facto de ter tomado conhecimento do falecimento do Senhor José João da Rosa, o qual havia exercido os cargos de Presidente da Câmara Municipal de Aljezur e da Junta de Freguesia de Odeceixe, foi efectuado um minuto de silêncio.-----

**APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA:** – Foi deliberado por unanimidade, aprovar a acta em minuta.-----

**ENCERRAMENTO:** – E nada mais havendo a tratar, pela Senhora Presidente da Mesa foi declarada encerrada a sessão pelas zero horas quarenta minutos do dia vinte e dois de Novembro de dois mil e cinco, mandando que, de tudo para constar, se lavrasse a presente acta.-----

E eu, Licínia Mendes Rodrigues, Primeiro-Secretário, para os devidos efeitos a redigi e subscrevo.-----

\*\*\*

O Presidente

---

O Primeiro-Secretário

---